

REGIÃO E DESENVOLVIMENTO: A RA DE FRANCA EM EVIDÊNCIA

REGION AND DEVELOPMENT: THE AR OF FRANCA IN EVIDENCE

Hélio Braga Filho

Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca
hgp@com4.com.br

Jonatan Pousa

Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca
pousa.jonatan@gmail.com

Leonardo Henrique Cardoso Andrade

Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca
prof_leonardo@yahoo.com

Diego Alvim Cardoso

Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca
diegoalvimcardoso@gmail.com

Aprovado em 07/2025

Resumo

O objetivo do artigo foi descrever características da Região Administrativas de Franca nas dimensões demográfica, econômica e social. Diante disso, através de um seletivo conjunto de indicadores extraídos de fontes secundárias oficiais de pesquisa, a investigação procurou verificar o seu estágio de desenvolvimento. O Método de investigação adotado foi o dedutivo, enquanto o de abordagem apoiou-se na pesquisa quantitativa retratada através de indicadores agregados. A pesquisa revelou que a RA de Franca, comparativamente a outras, responde por percentuais baixos de participação relativa no PIB, produto por habitante, população, VTI, VAB, empregos, exportações, investimentos etc., a mesma apresenta indicadores que a classifica como território que se enquadra como de baixa riqueza econômica combinado com indicadores intermediários e de alto desenvolvimento humano e social.

Palavras-chaves: Região Administrativa e Desenvolvimento Regional

Abstract

The objective of the article was to describe characteristics of the Administrative Region of Franca in demographic, economic and social dimensions. Therefore, through a select set of indicators extracted from official secondary research sources, the investigation sought to verify its stage of development. The research method adopted was deductive, while the approach was based on quantitative research portrayed through aggregated indicators. The research revealed that the RA of Franca, compared to others, accounts for low percentages of relative participation in GDP, product per inhabitant, population, VTI, GVA, jobs, exports, investments, etc., it presents indicators that classify it as a territory that qualifies as low economic wealth combined with intermediate indicators and high human and social development.

Keywords: Administrative Region and Regional Development

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país latino americano matizado por consideráveis discrepâncias sociais, econômicas, culturais, intra e inter regionais, mesmo porque não bastasse a sua extensão continental, durante mais de três séculos manteve-se subordinado à coroa portuguesa.

Sua formação econômica sob a ação de ciclos econômicos conjugados com subciclos de menor duração, caracterizara a condição de uma economia de caráter mercantil, frágil e dependente. Além disso, sua industrialização tardia iniciou-se por volta de 1930, ou seja, com uma defasagem de mais de dois séculos em relação à Europa, EUA, Japão e sua maturação ocorreu em diferentes estágios.

Concomitantemente a esse processo ocorria intenso movimento de urbanização e de concentração da atividade industrial, principalmente nas áreas metropolitanas como São Paulo e Rio de Janeiro.

Diante disso, a exacerbada convergência da indústria de transformação, dos serviços, dos investimentos, da infra-estrutura, da rede urbana, das principais universidades, da população etc., provocou senão graves discrepâncias regionais e acentuados problemas urbanos.

Como não fosse suficiente, o caráter concentrador do desenvolvimento brasileiro manifesta entre outros sintomas a existência de acentuada assimetria inter e intra-regional como inclusive intermunicipal.

Dito isso, o propósito do artigo foi descrever características da Região Administrativa de Franca através de um seletivo conjunto de indicadores extraídos de fontes secundárias.

Como problema de pesquisa coube-nos formular a seguinte indagação: a RA de Franca pode ser considerada um território de alto, médio ou de baixo desenvolvimento?

O método de investigação adotado foi o dedutivo, enquanto o de abordagem apoiou-se na pesquisa quantitativa retratada através de indicadores demográficos e sócio-econômicos agregados.

O artigo foi dividido em cinco seções, ou seja, a introdução, a metodologia ou procedimento e na sequência elaboramos algumas arguições em torno da noção de desenvolvimento e desenvolvimento regional. Em seguida abordou-se a questão relacionada à Regionalidade e Desenvolvimento. Logo após, a penúltima seção apresentou uma síntese da pesquisa quantitativa e, finalmente apresentamos as considerações finais.

PROCEDIMENTOS

A composição do artigo amparou-se em pesquisa bibliográfica através da consulta em livros, artigos acadêmicos pertinentes ao tema do Desenvolvimento Regional, que por sua vez, relaciona-se ou, mantém estreita afinidade com outras áreas como a Economia e a Geografia. Diante da extensa literatura conectada ao mencionado tema optamos por mencionar alguns renomados autores como:

Weber (1929) e a questão da localização industrial; Isard (1962) e seus estudos sobre os "Métodos de análise regional"; Marshall (1982) com a obra "Princípios de Economia," especialmente contribuição em relação à Organização Industrial e a localização de determinadas indústrias especializadas. Importante mencionar também Christaller (1933) e a "Teoria dos lugares Centrais," Von Thunen (1826) e os seus estudos sobre a localização das atividades econômicas; Douglas North (1977) e a "Teoria da Base Exportadora", Isard (1962) Furtado (2009) em "Desenvolvimento e Subdesenvolvimento". Contribuição também importante fora dada Hirschman (1958) e "A Estratégia de desenvolvimento econômico" destacando os efeitos de encadeamento (linkage effects, backward e forward linkages) por ele descritos. Acrescentamos ainda Myrdal (1958) e o fenômeno da "Causação Circular Cumulativa ou do Círculo Vicioso da Pobreza"; Perroux (1977) e o desenvolvimento baseado nos Polos de Crescimento/ Desenvolvimento.

O recorde territorial adotado foi o estado de São Paulo, especificamente a Região Administrativa de Franca (RA) localizada ao norte do interior desse estado da federação brasileira.

Associada à pesquisa bibliográfica contamos com a inclusão de um seletivo conjunto de indicadores demográficos, econômicos, sociais, educacionais

referentes ao ensino superior e ao desenvolvimento municipal (IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal).

Os indicadores foram extraídos de fontes secundárias oficiais na sua forma original i.e., não receberam nenhum tratamento estatístico. Quanto ao método de investigação a pesquisa apoiou-se no tipo dedutivo, enquanto em alusão ao método de abordagem baseamo-nos no estatístico/quantitativo.

É proficiente assinalar que apesar das diferenças, as abordagens quantitativa e qualitativa são empregadas de acordo com a natureza do problema da pesquisa.

Em suma, a questão não é colocar pesquisa qualitativa versus a pesquisa quantitativa, não é decidir-se pela pesquisa qualitativa ou pela pesquisa quantitativa. A questão tem implicações de natureza prática, empírica e técnica. Considerando os recursos materiais, temporais e pessoais disponíveis para lidar com uma determinada pergunta científica, coloca-se para o pesquisador e para a sua equipe a tarefa de encontrar e usar a abordagem teórico-metodológica que permita, num mínimo de tempo, chegar a um resultado que melhor contribua para a compreensão do fenômeno e para o avanço do bem-estar social. (GÜNTER, 2006, p. 207).

A RA de Franca é formada por 23 municípios, os quais por terem sido examinados em conjunto ou seja, de forma agregada, as diferenças e as especificidades ficaram escamoteadas.

Ademais, em virtude da ampla quantidade de indicadores disponíveis e hospedadas nos sítios oficiais de pesquisas como o IBGE, Fundação SEADE, IPEADATA e em órgãos geridos pela iniciativa privada como a FGV, Firjan, CNI, etc., muitos foram omitidos.

REFLEXÕES EM TORNO DA NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Admitimos a priori compreender o desenvolvimento assim como o espaço, como um fenômeno de totalidade não total no curso de uma totalização posto que, segundo Santos: " O processo pelo qual o todo se torna um outro todo é um processo de desmanche, de fragmentação e de recomposição, um processo de análise e de síntese ao mesmo tempo" (SANTOS, 1999.p.97).

O mencionado autor citando Sartre argumentara: A totalidade está sempre em movimento, num incessante processo de totalização, [...]. Ademais, devemos compreender que esse fenômeno, i.e., o desenvolvimento é um fenômeno multiescalar, ou seja, compreende várias abrangências territoriais e ainda é um fenômeno multidimensional, haja visto que, articula-se com diferentes áreas do conhecimento, logo é também interdisciplinar.

Podemos em termos de escalas territoriais compreendê-lo segundo a sequência: GLOBAL, NACIONAL, REGIONAL, LOCAL.

Assim, essa disposição retrata a existência de uma hierarquia, visto que, os níveis territoriais indicam o seu respectivo grau de abrangência e influência sobre os demais e, os mesmos – salvo os casos excepcionais – estão devidamente articulados entre si respondendo dessa maneira por maior/menor dependência e subordinação. Por sua vez, variada ordem de fatores como a economia global/nacional, as diferentes dinâmicas territoriais, as políticas macroeconômicas internas/externas, inovações de caráter tecnocientífico, fenômenos climáticos e de saúde pública, entre outros, via de regra desencadeiam com variados gradientes de intensidade e abrangência efeitos deletérios em muitos casos nas diferentes dimensões do

desenvolvimento estimulando maior resiliência em certas localidades ou, até mesmo maior resistência em outras.

Não seria repetitivo enfatizar que não faz muito tempo que o sistema econômico capitalista deixou de ser virtuoso para tornar-se virtual, dado o peso que o sistema financeiro global passou a representar para a economia global, tanto que, em alguma medida, a majoração dos preços internacionais das commodities agrícolas deveu-se aos movimentos especulativos nas bolsas de mercadorias. A crise de 2008 cujo epicentro foi mais uma vez a bolsa de Wall Street em New York, deflagrou um movimento de contração da economia global como também dos empregos. Com a globalização das economias e dos mercados, principalmente do financeiro, a volatilidade da economia mundial tem sem margem de dúvida contribuído para a sua maior instabilidade cuja tendência é de provocar crises econômicas mais frequentes.

Ora, diante dessa nova ordem mundial marcada sobretudo pela ascensão da China à condição de potência mundial e do enfraquecimento do poderio industrial dos EUA, as relações econômicas/comerciais entre as diferentes escalas territoriais provavelmente poderão implicar em crescimento/desenvolvimento mais acelerado de certas áreas em detrimento da desaceleração/estagnação em outras.

Em respeito ao desenvolvimento regional pode-se dizer que ele[...]

compreende uma análise de fatores sociais e econômicos no interior de uma região, fatores que compõem a mobilidade espacial do capital, do trabalho e das inovações. Tais fatores, quando bem empregados em uma determinada região, podem reduzir ou acelerar as desigualdades regionais. O desenvolvimento regional constitui um processo de transformação social, econômico,

cultural e político. Essas transformações são questões centrais para se entender a evolução da dinâmica dos setores produtivos de uma região (OLIVEIRA, 2019. P.1).

O conceito de transformação utilizado pela economia deriva da sua incorporação proveniente da biologia, tendo em vista que: na biologia significa a passagem de um organismo vivo de um estágio inferior para um estágio superior definitivo, conquanto na economia o mesmo se aplica para explicar a transição de uma economia arcaica/atrasada para uma economia moderna/desenvolvida.

Ainda que não haja uma definição uma definição exata e definitiva do desenvolvimento regional, podemos compreendê-lo como

[...] um processo histórico desigual no tempo e no espaço[...]ele pode se apresentar de forma concentrada, formando os polos de crescimento, pois a dinâmica do capital tende a atrair fatores de produção crescendo mais rapidamente, enquanto regiões com problemas estruturais perdem populações e capitais. Logo, o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo, mas aparece com intensidades variáveis em pontos diferentes e se propaga no conjunto da economia, criando, assim, as chamadas desigualdades regionais (OLIVEIRA, 2021, p.216).

Oliveira (2021) mencionando Perroux (1955) assinalara que:

[...] desenvolvimento regional é em si multi e interdisciplinar. A concepção do desenvolvimento remonta ao início dos anos 60. Com os estudos de Perroux (1955). Para ele, o desenvolvimento era uma mudança social e mental que conduziria ao crescimento econômico e a melhorias nas condições de vida[...] (OLIVEIRA, 2021, p.207).

Outro aspecto relevante pertinente ao desenvolvimento relaciona-se à importância atribuída às escalas territoriais, haja vista que{...}

as escalas geográficas de poder e gestão caracterizam um procedimento metodológica que contribui para a compreensão da dinâmica territorial do desenvolvimento. Esta metodologia permite observar como os atores locais/regionais – sociedade civil, Estado, e mercado – articulam-se entre si e com as demais escalas de poder e gestão, com vistas à promoção do desenvolvimento de seu território. Considerar-se a existência de diferentes escalas atuantes em determinado território, possibilita a compreensão da densidade e da complexidade oriunda da multiplicidade de poderes neles existentes e atuantes (RUCKERT; RAMBO, 2008, p.100).

Convém ainda enfatizar que a organização é administração territorial do Brasil obedece às seguintes divisões: 1) Município; 2) Regiões como o Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste; 3) Micro e Mesorregiões; 4) Regiões de Bacia Hidrográfica.

Conforme argumentado anteriormente, o desenvolvimento "lato sensu", por ser um fenômeno multidimensional e multiescalar e também pelo fato de não se propagar homogeneamente no espaço simultaneamente, é alcançado diferenciadamente tanto nas suas diversas dimensões como em suas múltiplas escalas. Assim, enquanto certas localidades/territórios avançam mais rápida e amplamente, outras podem arremeter mais vagarosa e parcialmente, como ainda existem aquelas que podem retrogradar, motivo pelo qual, praeter aios, ocorrem os desequilíbrios regionais.

Especialmente no caso brasileiro, não bastasse a sua dimensão territorial continental, sua diversidade cultural, climática, geobotânica, etc.,

o país conta ainda com uma enorme quantidade de municípios – segundo o Censo/IBGE de 2010 somavam 5.565 – e com uma desequilibrada distribuição geográfica da sua população, da atividade econômica e, por conseguinte da produção e da renda.

Com o objetivo de se promover o desenvolvimento regional adotou-se como instrumento de ação no âmbito do governo Federal a Política Nacional de Desenvolvimento Regional" (PNDR) - instituída pelo Decreto nº9.810 de 30 de Maio de 2019 – que tinha

[...] por finalidade a redução das desigualdades econômicas e sociais intra e inter-regionais, mediante a criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

Não muito diferente, o presidente em exercício referendou o Decreto nº11.962/2024 que fora publicado aos 25 de março no Diário Oficial da União comunicando e atualizando a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) que atribuía prioridade aos seguintes eixos estratégicos:

Quadro 1: Brasil, PNDR segundo eixos estratégicos

desenvolvimento produtivo;

- difusão do conhecimento, da tecnologia e da inovação;
- educação e qualificação profissional;
- infraestruturas econômica e urbana;
- desenvolvimento social e acesso à serviços públicos essenciais;
- fortalecimento das capacidades governativas dos entes federativos;
- meio ambiente e sustentabilidade.

FONTE: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Em síntese a PNDR tem como objetivo diminuir as desigualdades econômicas e sociais regionais, inclusive promover maior inclusão e melhorar a qualidade de vida da população em geral.

REGIONALIDADE E DESENVOLVIMENTO

Em pouco mais de oito décadas 1940-2022, a população total residente no Brasil cresceu a uma taxa média anual de 1,9% a.a., de 1940 a 1970 alcançou 2,7% a.a., enquanto entre 1970 a 2022 reduziu-se para 1,5% a.a. é entre os dois últimos censos demográficos, i.e., 2010e 2022, registrou-se queda ainda mais acentuada diminuindo para apenas 0,5% a.a.

Entretanto, ao longo desse intervalo temporal a componente demográfica (em resumo) - taxa de natalidade x mortalidade, movimentos migratórios etc., - foi capaz de produzir efeitos diversos no território nacional.

Haja vista que, impulsionado pelo êxodo rural e pela industrialização acelerada, progressivamente o país transitou de uma formação social predominantemente agrária para uma sociedade urbana-industrial, cuja população concentrara-se sobremaneira nas capitais dos estados federativos. Sob a ação dos ciclos econômicos e dos fluxos migratórios, entre outras motivações, a população brasileira distribui-se geograficamente entre as grandes regiões nos anos de 1940 e 2022 (em porcentagem da população total) da seguinte forma: a) a região Nordeste diminuiu a sua participação de 35,0% para 26,9%; b) a Norte aumentou de 3,9% para 8,5%; c) a região Sul obteve suave acréscimo de 13,9% para 14,7%; d) o Sudeste caiu de 44,5% para 41,8% e e) o Centro-oeste de 2,7% passou a responder por 8,1% (IPEADATA).

Tabela 1: Brasil, segundo a distribuição do PIB entre as Grandes Regiões (em%): 1939, 1970 e 2020.

Grandes Regiões	Participação no PIB (%)		
	1939	1970	2020
Norte	2,2	1,9	6,5
Nordeste	13,7	9,0	14,4
Sudeste	67,9	68,4	51,3
Sul	14,0	14,8	17,1
Centro-Oeste	2,2	5,9	10,7

FONTE: IPEADATA, Elaboração dos autores.

Assim como na ocupação do território nacional, incontestável também fora o papel exercido pelos ciclos econômicos no desenvolvimento regional, ainda que tenha sido caracterizado tanto pela heterogeneidade estrutural e pelos desequilíbrios regionais como inclusive pela descontinuidade. Ocorre que, ao se encerrar um ciclo e iniciar um outro, enquanto aquele que se esgotava provocava a estagnação daquela região o que se iniciava beneficiara outra região, caracterizando desse modo a descontinuidade do desenvolvimento do país. Ao longo do processo de sua formação econômica, o território brasileiro conformou a existência de uma estrutura econômica dualista resultante da combinação/coexistência de regiões economicamente modernas avançadas, com outras arcaicas/atrasadas.

Em virtude dessas e outras ocorrências, o desenvolvimento regional brasileiro seria também plasmado pela desigual distribuição geográfica das atividades econômicas, dos

empregos e da renda, como ainda do produto total da economia.

Embora a partir da década de 1970 tenha ocorrido um movimento de desconcentração da produção industrial no município de São Paulo principalmente, para o interior do estado paulista e outras localidades, nota-se ainda considerável concentração geográfica do PIB no Sudeste-Sul do país.

Não é por acaso que nestas mesmas regiões localiza-se a maior quantidade de empresas de grande porte, como também, sede de empresas multinacionais, motivo pelo qual, juntamente a outros, contribuem para a prevalência de desequilíbrios regionais no país.

Entre as cinco grandes regiões da federação brasileira, limitamos nosso recorte/escala territorial à região Sudeste, notadamente o estado de São Paulo ente federativo do qual faz parte a Região Administrativa de Franca, objeto do presente estudo.

Podemos notar que, assim como entre as grandes regiões brasileiras ainda persistem acentuadas disparidades, o mesmo fenômeno também se manifesta intra e inter-regionalmente no estado de São Paulo.

O território paulista segundo a sua divisão política-administrativa (SEADE) contabilizara ao todo 645 municípios; 42 regiões de governo; 15 Regiões Administrativas; 6 Regiões Metropolitanas e 3 Aglomerações Urbanas no ano de 2024. Todavia, a distribuição espacial da população, do PIB, do Valor da Transformação Industrial (VTI), do Valor Adicionado Bruto (VAB) dos Serviços etc., denotam nítida concentração nas RM de São Paulo e de Campinas. Nas seis RM residiam no ano de 2021 – como porcentagem da população total do estado – o equivalente a 72,6% (32,6 milhões de pessoas), enquanto nas três Aglomerações Urbanas (AU) apenas 6,5% (2,9 milhões de pessoas) perfazendo nessas áreas quase que 80% da população total do estado.

Em relação ao PIB, enquanto as três AU respondiam por apenas 7,7% às RM somavam 79,9% do total do estado em 2018. Quanto ao VAB industrial, no mesmo ano, registrou-se nas AU participação de 11,1% e nas RM 72,5%, enquanto nos serviços 6,5% e 79,6% reciprocamente.

Outro indicador que também denota a desigualdade inter-regional relaciona-se à Concentração do Valor da Transformação Industrial (VTI) resultado da diferença entre o Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI) e os Custos das Operações Industriais (COI), haja vista que, em porcentagem do total a RA de Campinas respondia por 33,1%, a RMSP por 28,4%, a região de São José dos Campos 9,0%, Sorocaba 7,6% e a RA de Santos 4,0% em 2021 (SEADE), ou ainda, juntas representavam 82,1% daquele indicador.

Diante desses valores é notória a desigual distribuição da população, do PIB, do valor adicionado (da indústria e dos serviços) inclusive do VTI entre as regiões que integram o estado de São Paulo.

Com o propósito de tornar mais transparente a divisão político-administrativa do supramencionado estado, recorreremos aos mapas que ilustram, primeiramente à sua composição segundo as respectivas RA e em seguida a sua divisão entre as AU e RM.

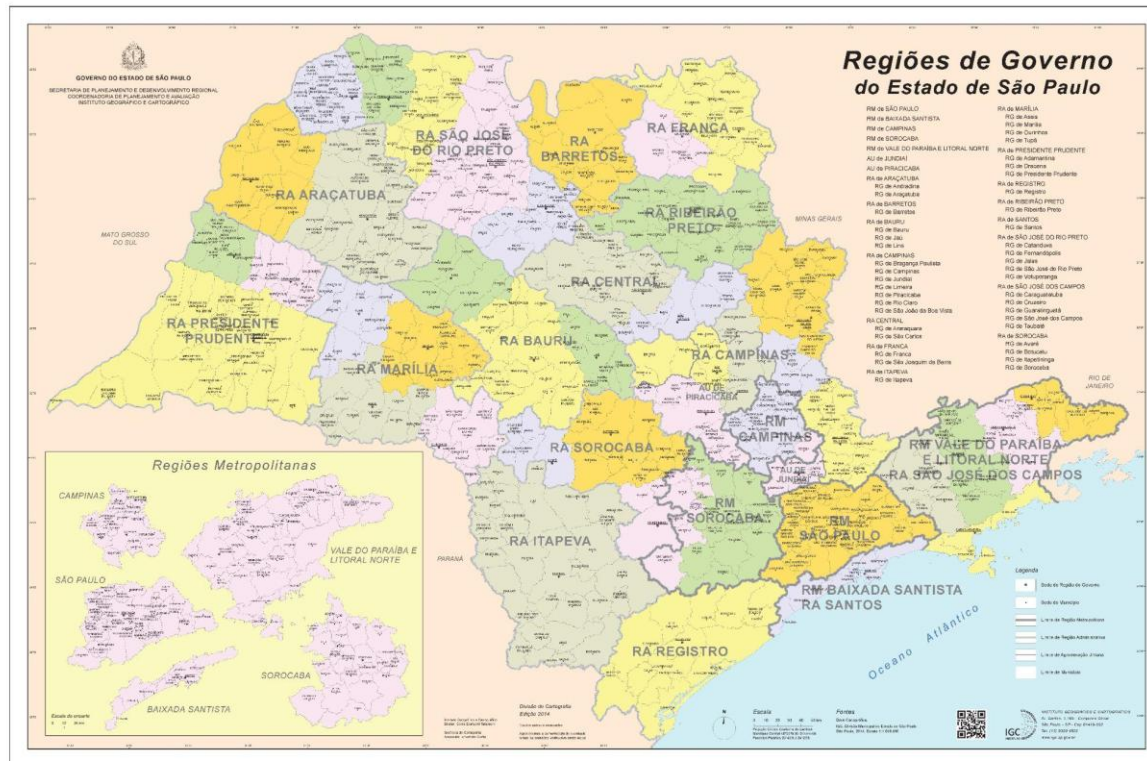
A figura (1) mostra-nos que as regiões de Sorocaba, Campinas, São José dos Campos e Santos mais próximas da RMSP, ou seja, do polo, muito provavelmente, tenham em alguma medida se desenvolvido segundo a modalidade de difusão espacial por contiguidade ou extensão.

A contiguidade tem relação direta com a distância. As regiões mais contíguas aos polos tem mais facilidades de obter vantagens das associações que as regiões mais distantes. Nesse caso, o processo de difusão será mais significativo nas regiões mais próximas aos centros, o que as tornara cada vez mais homogêneas (LIMA, 2016, p.31-32).

De forma mais elucidativa procuramos através da figura (2) tornar mais clara a explicação supra citada. De acordo com a figura,

[...], supõe-se que a região I é desenvolvida. Nesta região estão localizadas as atividades produtivas de transformação e as prestações de serviços de alto nível, criando assim mais empregos no contexto das regiões. As regiões no entorno da região I vão atrair atividades produtivas complementares. Assim, o processo de difusão por contiguidade é decorrente de mudanças espaciais que começam na região I em direção as regiões 2, 3, 5, 6, 7 e 8 que estão em suas fronteiras (LIMA, 2016, p.32).

Figura 1: Estado de São Paulo e suas RA



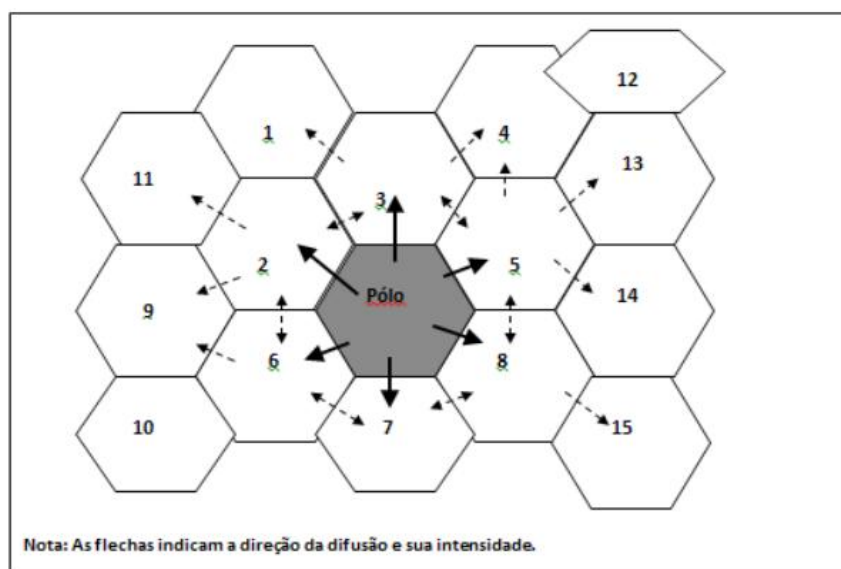
FONTE: IGC – Mapa das Regiões Administrativas do estado de São Paulo.

Convém assinalar que, embora tenhamos considerado relevante e explicativo o conceito de difusão espacial por contiguidade/extensão para explicar o desenvolvimento econômico dessas regiões, outras contribuições teóricas no less important, atribuem ao mencionado fenômeno variado elenco de fatores, como também, amplo arcabouço teórico.

Em seguida, recorreremos novamente ao recurso cartográfico com o propósito de caracterizar o território paulista segundo a sua divisão baseada nas Regiões Metropolitanas e nas Aglomerações Urbanas (Figura 3).

À exceção da RM de Ribeirão Preto, as demais localizam-se bem próximas da RMSP, motivo pela qual, é cabível admitir que as mesmas podem converter-se em zonas de conurbação, tendo em vista que:

As zonas de conurbação se constituem, enquanto resultado da concentração espacial de atividades e pessoas, em aglomerados urbanos; um processo que se verifica em centros urbanos com alta taxa de expansão, fenômeno que acontece quando uma cidade absorve núcleos urbanos que se localizam em suas proximidades, transformando assim a configuração social e a estrutura das cidades, de forma a se integrarem economicamente, mantendo um fluxo intenso de capitais, mercadorias e de pessoas. (FARIAS, SOUZA, BARROS, 2022, p.5).

Figura 2: Difusão espacial por contiguidade ou extensão

FONTE: LIMA (2016)

Convém ainda destacar que o desenvolvimento econômico sob a ação dos polos submete-se à uma dinâmica representada pelos efeitos de drenagem e atração i.e., pelas forças centrífugas e centrípetas (Figura 4).

De acordo com Myrdal (1958), sob a ação do mercado e na ausência do Estado, o polo, dada a sua propriedade de atrair maiores fluxos de capitais, de mercadorias e serviços e de população, principalmente quando o mesmo caracteriza-se como polo de crescimento e não de desenvolvimento, podemos admitir que as forças centrípetas anulem as centrífugas. Entre outras motivações, essas mesmas forças tanto podem contribuir para mitigar como também para acentuar os desequilíbrios regionais.

Ademais, entre os anos de 1950 até 2010, os números registrados pelo IBGE (Censo Demográfico) contabilizaram um crescimento quase que triplicado do número de cidades

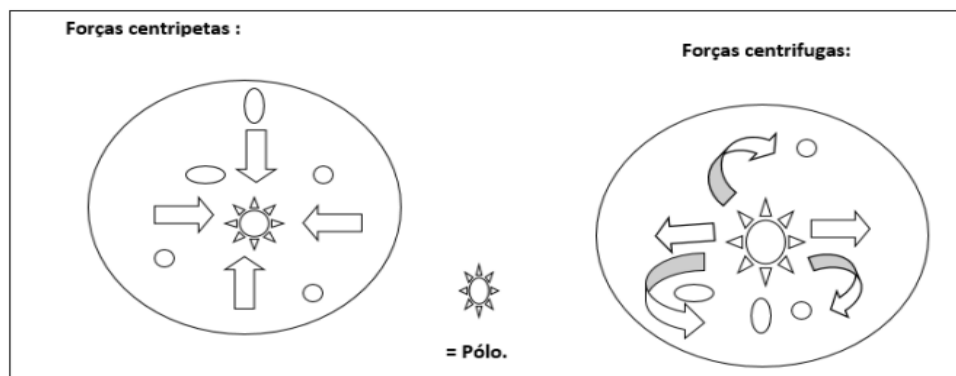
seguido por aumento de 8,8 vezes da quantidade de pessoas nelas residentes.

Em números absolutos o número de cidades aumentou de 1.887 (1950) para 5.565 (2010), enquanto a população ali residente passou de 16,2 para 143,7 milhões de pessoas. Por sua vez, a quantidade de cidades com mais de 50.000 pessoas que somava 32, totalizaram 433, cuja população de 8,4 atingiu 98,8 milhões de pessoas mutuamente e (IBGE).

Outro ponto importante há ser comentado relaciona-se ao fato de que com a promulgação da Constituição de 1998, os municípios passaram a se responsabilizar pela promoção do desenvolvimento local, contudo, a distribuição dos recursos financeiros provenientes da arrecadação de impostos denota desigual repartição entre os entes federativos, pois, a maior parcela fica com a União e os estados regionais e a menor para os municípios.

[illegible]

Figura 4: O efeito das forças sem trípelas e centrífugas no desenvolvimento regional.



FACEF Pesquisa: Desenvolvimento e Gestão, v.28, n.2 - mai/jun/jul/ago 2025

SÍNTESE DA PESQUISA QUANTITATIVA

O problema do desenvolvimento envolve também a relação espaço-tempo (Santos, 1999), pois, segundo ele, existem espaços de velocidade e espaços de lentidão, posto que, enquanto os primeiros caracterizam-se pela intensidade e velocidade dos fluxos, de pessoas, de mercadorias, de capitais, de maior articulação com o global, os segundos, são exatamente o oposto. Além disso, enquanto determinados espaços se modernizaram e continuam se modernizando em virtude da incorporação de novas e avançadas tecnologias, outros são arcaicos, configurando dessa forma estruturas sociais/econômicas duais.

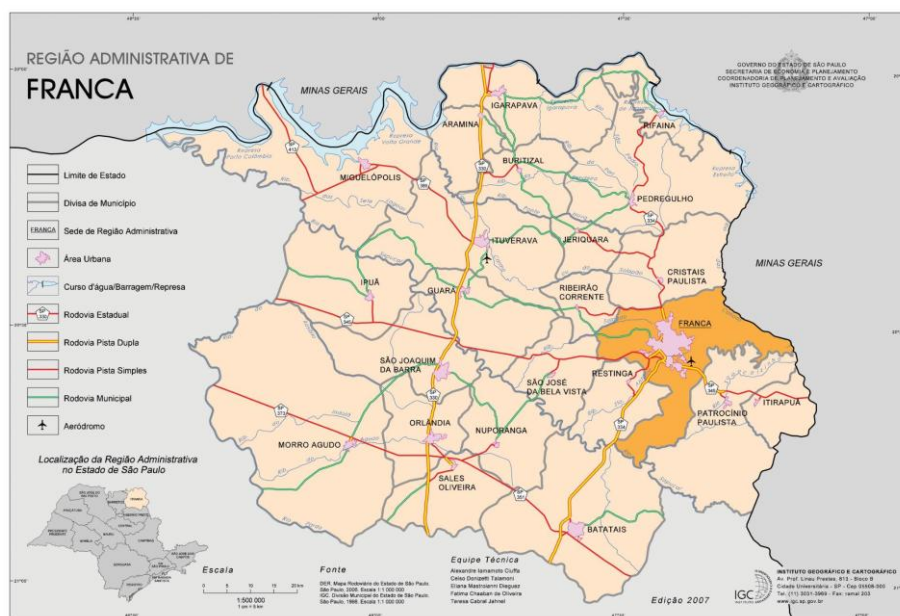
A mais recente Aglomeração Urbana criada pelo governo paulista em 22/05/2018 através da Lei Complementar nº 1323 foi a de Franca, composta por 18 municípios - exclusive Batatais, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia e Sales Oliveira que passaram a integrar a RMRP -, embora os mesmos

ainda fazem parte da RA de Franca.

No ano de 2018 a RA de Franca possuía uma área de 10.329,09 km², com densidade demográfica 72,3 hab/km², cuja população total era de 747.038 habitantes. Em valores correntes o PIB da região alcançara R\$ 24,6 bilhões, o PIB per capita R\$ 33.026,87, e a sua participação no PIB estadual era de 1,12%, enquanto a composição setorial do Valor Adicionado da Indústria fora de 24,2%, da Agropecuária 8,7% e dos Serviços 66,9%.

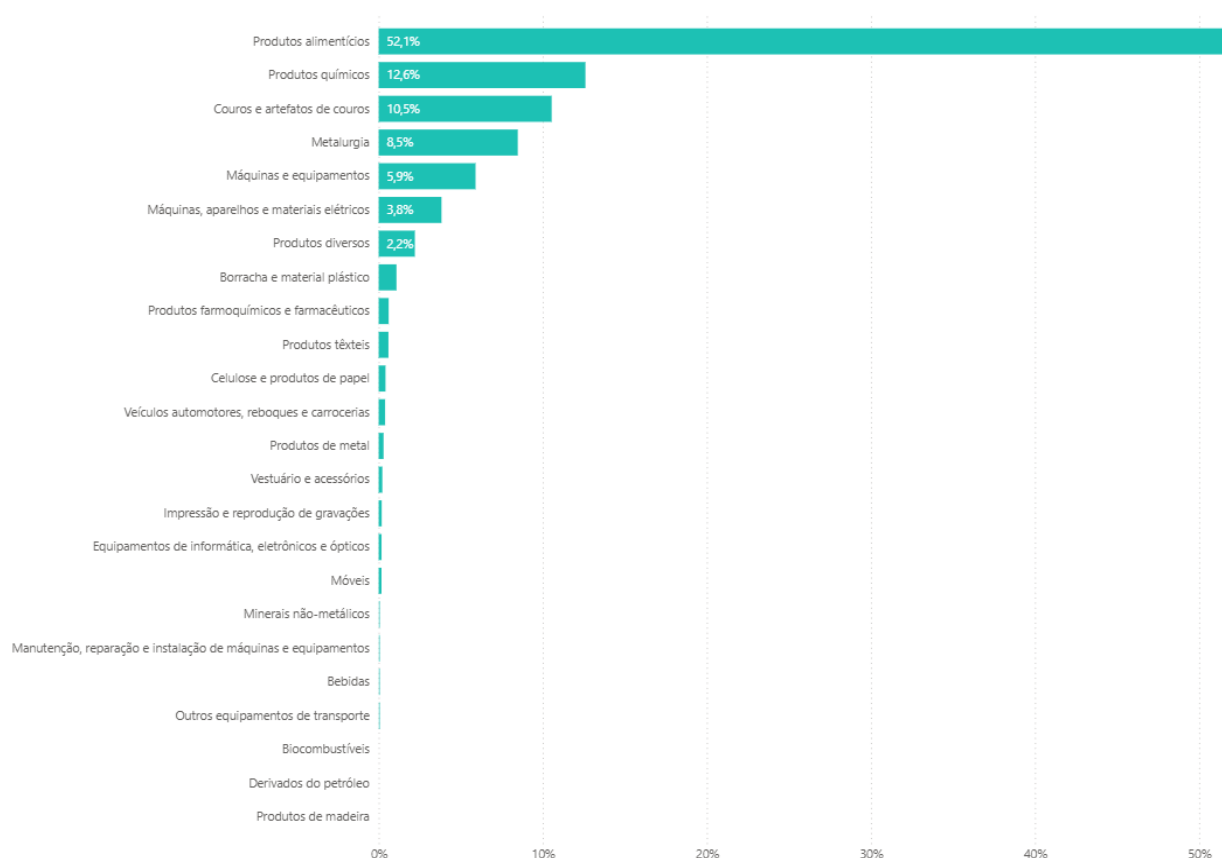
Já a Aglomeração Urbana de Franca (AUF) possuía a área equivalente 8.404,08 km², com uma densidade demográfica de 75,4 hab/km², somando um total de 634.265 residentes. Sua economia aferia um PIB de 22,4 bilhões (em reais correntes) e um produto por habitante de R\$35.400,95 e a participação da mesma no PIB do estado era de 1,02%. Setorialmente, o VAB da citada aglomeração compunha-se da participação de 27,4% da Indústria de 8,1% da Agropecuária e 64,3% dos Serviços.

Figura 5: Região Administrativa de Franca.



FONTE: IGC - Mapa de Região Administrativa de Franca.

Gráfico 1: RA de Franca e distribuição do VTI por setor (em%) - 2021



FONTE: SEADE

A estrutura das indústrias de transformação da região medida pelo Valor da Transformação Industrial (VTI) como porcentagem do total em 2021, estaria disposta de acordo com gráfico abaixo.

Apenas sete subsetores da IT da região respondiam por pouco mais de 95% do VTI, indicando dessa forma uma estrutura mais concentrada/especializada, embora possua indústrias de baixa, média-baixa e de média-alta intensidade tecnológica.

O setor externo da economia regional representado pelas suas exportações (US\$ FOB) denota expressiva participação de produtos de

baixo valor agregado, ainda que tenham aumentado de US\$969,7 em 2013, para US\$1.326,8 (bilhões) no ano de 2023.

No período, i.e., no decênio (2013-2023) as exportações totais da região examinada alcançaram uma taxa média anual de crescimento de 3,2% a.a..

A exceção de Cristais Paulista, Ipuã, Morro Agudo, Patrocínio Paulista, Restinga e Sales de Oliveira que entre os anos de 2002 a 2021 apresentaram taxa média anual de crescimento populacional oscilando entre 1,0% a 1,4% a.a., os demais municípios computaram média anual inferior a 1,0%.

Quadro 2: RA de Franca e exportações (US\$/FOB) - 2023

Açúcares e produtos de confeitaria

\$ 692.560.428

Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para

\$ 185.572.550

Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres

\$ 116.956.839

Café, chá, mate e especiarias

\$ 109.929.332

Calçados, polainas e artefatos semelhantes; suas partes

\$ 70.826.919

FONTE: SEADE

Em relação à taxa média anual de crescimento do PIB os municípios de Aramina, Ipuã, Miguelópolis, Morro Agudo registraram percentuais superiores a 6,0% e inferiores a 7%, enquanto os demais obtiveram taxas que ultrapassaram 7% a.a..

Em respeito à distribuição do PIB entre os 23 municípios da RA em questão, os municípios de Batatais, Franca, Ituverava, Orlândia, Patrocínio Paulista, Pedregulho e São Joaquim da Barra respondiam por 74,6% do valor total.

Quanto à composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) a RA de Franca conformava uma estrutura produtiva baseada na combinação das Indústrias de Transformação (IT) e dos Serviços, enquanto com uma conformação mais equilibrada entre a agropecuária, a IT e os serviços destaca-se o município de Patrocínio Paulista. Os municípios Aramina, Cristais Paulista, Ipuã, Itirapuã, Jariquara e Restinga qualificam-se pela combinação da agropecuária e dos serviços, enquanto São José da Bela Vista e Ribeirão Corrente predominavam os setores da agropecuária e da indústria, e os demais municípios conformavam uma estrutura produtiva representada pelas IT e pelos serviços.

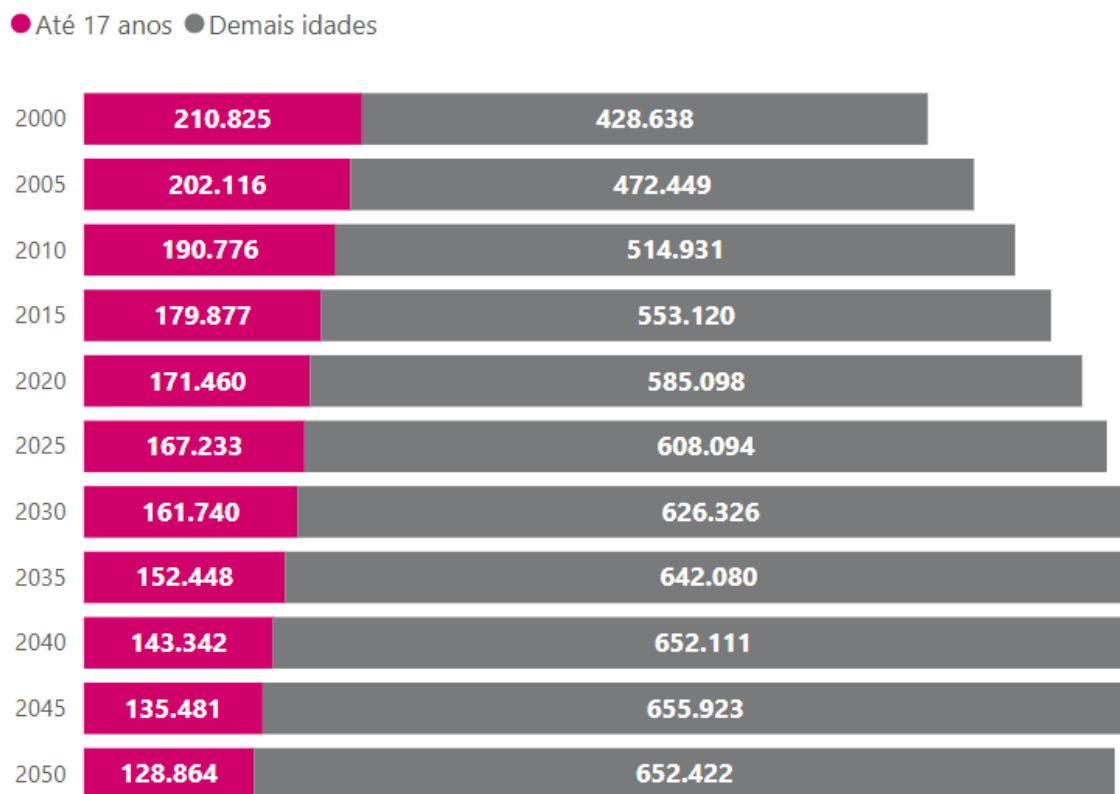
Em resumo, as classes de atividades econômicas (CNAE) que se destacaram no ano de 2022 na região foram: cana-de-açúcar; café e soja (em grão); produtos alimentícios; produtos químicos;

metalurgia; preparação de couros e fabricação de artefatos de couro e calçados; borracha e materiais de plástico; máquinas aparelhos e materiais elétricos; produtos farmoquímicos e farmacêuticos e laranja e leite.

Entre os anos de 2012 e 2021 o mercado de trabalho da RA registrou uma variação positiva de 12,7%, resultando de um incremento de 181.644 para 182.232 empregos, dos quais Batatais, Franca, Ituverava, Morro Agudo, Orlândia e São Joaquim da Barra respondiam por pouco mais de 79% do total de empregos dos sendo 48% alocados em Franca e, o salário médio nominal mensal das pessoas formalmente situava-se entre o mínimo de R\$ 2.179 o máximo de R\$ 3.784.

Em referência à saúde retratada sumariamente pelas taxas de mortalidade geral e da população de 60 anos e mais de idade, constatamos que: a) no ano de 2022 comparativamente ao ano de 2000, exceto o município de Ribeirão Corrente os demais sinalizaram aumento da taxa de mortalidade geral e, b) nos municípios de Buritizal, Nuporanga, Restinga, Sales Oliveira e São José da Bela Vista registrou-se, diferentemente dos demais aumento da taxa de mortalidade da população de 60 anos e mais de idade.

Gráfico 2: RA de Franca e evolução da população em idade escolar: diversos quinquênios



FONTE: SEADE

Não menos importante, tratando-se do Índice de Desenvolvimento Municipal Geral (IFDM) no ano de 2016 vis-a-vis ao ano de 2005, enquanto os municípios de Batatais, Nuporanga, Orlândia, Pedregulho e São Joaquim da Barra contabilizaram queda, os demais na direção contrária registraram ascensão.

Quanto ao IDHM (Educação) constatou-se elevação em todos os municípios, entretanto, o IDHM (Saúde) apontou diminuição em Igarapava, Ipuã, Jeriquara, Morro Agudo, Nuporanga e Orlândia.

O IFDM (Trabalho & Renda) mostrou-nos que apenas em Aramina, Cristais Paulista, Jeriquara, Morro Agudo, Ribeirão Corrente, Rifaina o

indicador apresentou elevação, enquanto nos demais registrou-se redução, o que se explica em larga medida ter sido reflexo do agudo ajuste fiscal promovido pelo governo central.

Na dimensão social confrontando jan/2019 com jan/2024, verifica-se um aumento de 21.314 para 37.939 famílias beneficiárias dos Programas Bolsa Família, i.e., um incremento de 78% no período. Os municípios com maior número de famílias em jan/2024 eram: Batatais, Franca, Ituverava, Guará, Miguelópolis, Morro Agudo e Orlândia.

A quantidade de idosos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) em julho de 2024 totalizara – segundo a população maior de 65 anos – 6.209 pessoas, sendo que o município de

Franca respondia por um total de 3.354 idosos ou (54%) da RA e 8,2% como porcentagem da população do próprio município acima da citada faixa etária.

Ainda que brevemente consideramos relevante destacar no âmbito da população e do ensino superior os seguintes indicadores, a saber: 1) a evolução da população em idade escolar – até 17 anos e demais idades – segundo as projeções populacionais da SEADE entre os quinquênios de 200 até 2050, tanto para a RA como para o município de Franca e; 2) a quantidade de matrículas no ensino superior nas Instituições Públicas e Privadas nos cursos presenciais.

O movimento/evolução da população da RA de Franca reflete segundo as projeções da citada fonte, a conjugação da redução das taxas de crescimento demográfico e da mortalidade infantil com o aumento do envelhecimento da população. Diante disso, enquanto no interregno entre 2000 a 2050 a taxa de crescimento média anual da população de até 17 anos de idade decrescera em – 0,98% a.a., para as demais idades a taxa média anual será de 0,84% a.a. Não muito diferente o mesmo poderá acontecer no município de Franca, tendo em vista que, para a faixa etária de 0 até 17 anos a redução projetada alcançará – 1,01% a.a., enquanto as demais atingirão uma taxa média anual de 0,85% a.a.

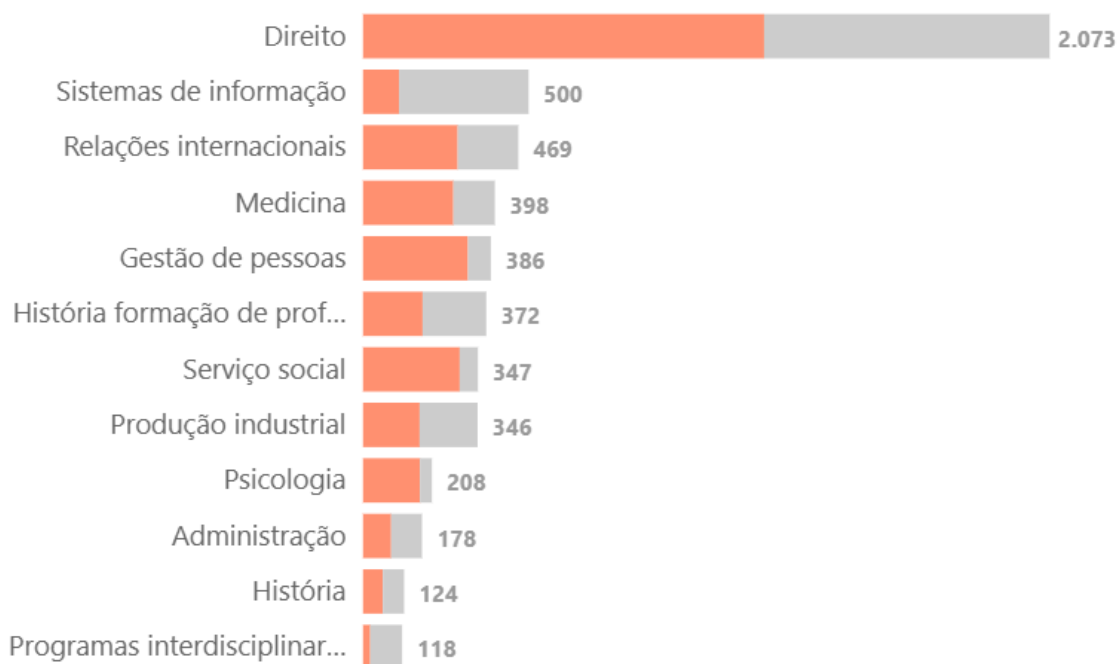
No que diz respeito à educação superior os gráficos 3 e 4 retratam o total de matrículas nos cursos presenciais nas instituições de ensino superior públicas e privadas na RA e no município de Franca.

Independente das opções individuais ou profissionais nas diferentes áreas de formação do ensino superior na graduação e da oferta, seja nas IES públicas como privadas, é oportuno sublinhar que a variedade de cursos e/ou áreas de conhecimento é um importante fator que contribui indubitavelmente para o desenvolvimento regional na dimensão da formação e do desenvolvimento humano. Last but not least, consideramos assaz oportuno incluir um importante indicador cuja evolução permite sinalizar tanto para a administração municipal protagonizada pelas políticas públicas como para a iniciativa privada, a demanda futura das populações da RA por moradia.

De acordo com as projeções da citada fonte o número de habitantes por domicílio na região reduzirá de 3,5 no ano 2000 para 2,43 no ano de 2050, enquanto a quantidade de domicílios particulares nas próximas décadas (2025-2050) aumentaria em porcentagem em torno de 15%, fornecendo desse modo importante informação tanto para a Política Pública Municipal de Habitação e para o Plano Diretor, como inclusive para o setor da construção civil.

Gráfico 4: RA de Franca e matrículas em cursos presenciais nas IES Pública – 2022

● Feminino ● Masculino



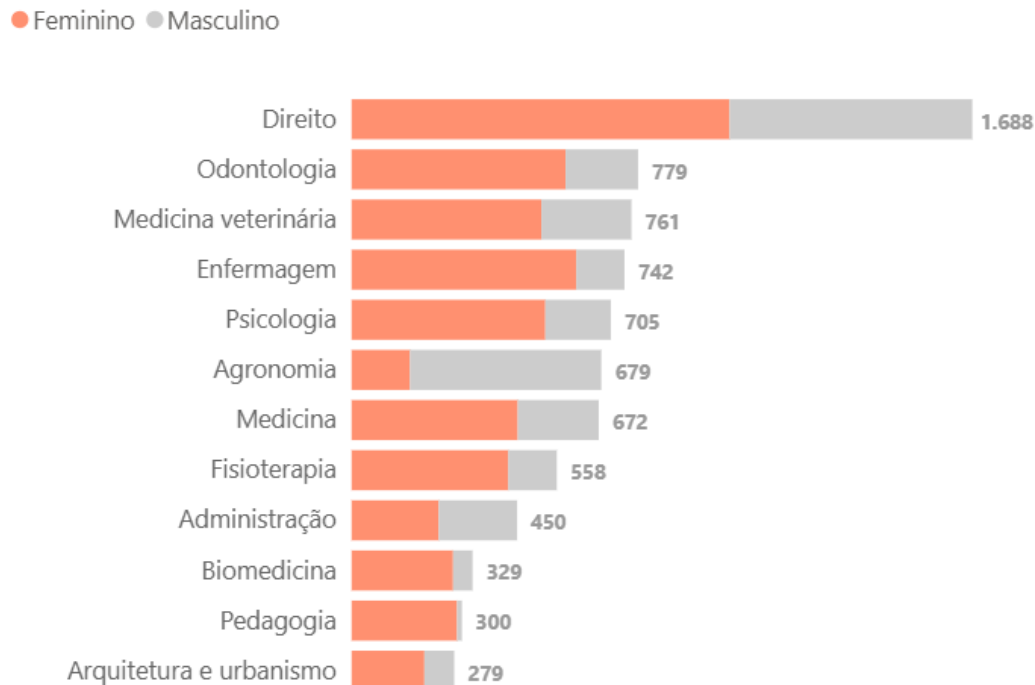
Matrículas nas Instituições de Educação Superior nos municípios

Município	Instituição de Educação Superior	Matrículas
Franca	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	1.882
Franca	FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA	1.504
Franca	CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA	1.485
Franca	FACULDADE DE TECNOLOGIA DR. THOMAZ NOVELINO	1.305
Total		6.176

Fonte: SEADE

N.A. - O total de matrículas é referente aos alunos matriculados femininos e masculinos

Gráfico 5: RA de Franca e matrículas em cursos presenciais nas IES Privada – 2022

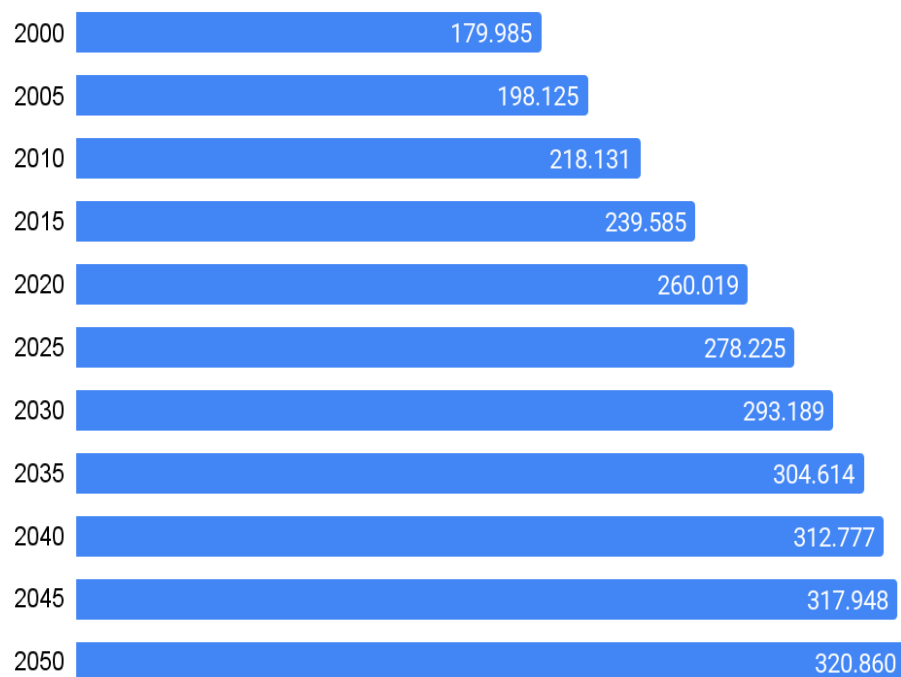


Matrículas nas Instituições de Educação Superior nos municípios

Município	Instituição de Educação Superior	Matrículas
Franca	UNIVERSIDADE DE FRANCA	8.144
Ituverava	FACULDADE DOUTOR FRANCISCO MAEDA	1.097
Batatais	CLARETIANO - CENTRO UNIVERSITÁRIO	841
Ituverava	FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE ITUVERAVA	321
Franca	FACULDADE ANHANGUERA FRANCA	209
São Joaquim da Barra	FACULDADE DE SAÚDE, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - FACESB	128
São Joaquim da Barra	FACULDADE SÃO JOAQUIM DA BARRA	51
Franca	FACULDADE AETOS	25
Total		10.816

Fonte: Seade

Gráfico 6: RA de Franca e evolução dos domicílios particulares ocupados - diversos quinquênios



FONTE: SEADE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conjugação de um variado rol de motivos, a exemplo do tipo de colonização, prolongada subordinação política e econômica, extensão territorial industrialização tardia, sua formação social, foram decisivos para que o desenvolvimento brasileiro tenha produzido acentuadas dessemelhanças econômicas, sociais, culturais etc., como inclusive inter e intrarregional.

Com a industrialização do país, algumas poucas áreas dela se beneficiaram conformando verdadeiros polos de crescimento e de

desenvolvimento, conquanto outras permaneceram atrasadas e subdesenvolvidas. Por sua vez, enquanto alguns polos difundiram crescimento e desenvolvimento para localidades mais próximas do seu entorno, outros na direção contrária provocaram através da polarização mais concentração contribuindo sobremaneira para o agravamento dos desequilíbrios regionais.

O estado de São Paulo, ainda que seja, a unidade federativa de maior expressão para a economia nacional apresenta também, uma compleição matizada por assimetrias tanto entre os municípios como inclusive na escala inter e intrarregional.

A RA de Franca, embora detenha, comparativamente a outras, percentuais relativamente baixos de participação em várias dimensões econômicas como PIB, produto por habitante população, VTI, VAB, investimentos, empregos, exportações, entre outros, a mesma apresenta indicadores que a classifica como território que se enquadra como de baixa riqueza econômica combinado com indicadores intermediários e de alto desenvolvimento humano e social.

REFERÊNCIAS

- FARIAS, Cassiana Santos da Silva [etal]. A conurbação urbana nas cidades de Juazeiro e Petrolina: historicidade e trabalho formal. - Research, Society and Development, v.11, n.12, 2022. <https://rsdjournal.org>article>
- FUNDAÇÃO SEADE: Sistema Estadual de Análise de Dados. <https://www.seade.gov.br>
- FURTADO, Celso. Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea. - São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- GUIMARÃES, Eduardo Augusto. Acumulação é Crescimento da Firma: Um estudo de Organização Industrial, - Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa Versus Quantitativa: Esta é a Questão? - Psicologia: Teoria e Pesquisa, Vol.22, n.2, Mai-Ago 2006. <https://www.scielo.br/j/ptp/a/HMpC4d5cbX>
- IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://www.ibge.gov.br>
- IGC - Mapa das Regiões Administrativas e Metropolitanas. https://www.igc.sp.gov.br>mapas_ra
- IPEADATA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. <<https://www.ipeadata.gov.br>>
- LIMA, Jandir Ferrera de. O Espaço e a Difusão do Desenvolvimento Econômico Regional. IN: Economia e Desenvolvimento Regional. Piacenti, Carlos Alberto [etal] (Orgs). -Foz do Iguaçu-PR: Editora Parque Itaipu, 2016. www.pti.org.br
- MDR - Ministério do Desenvolvimento Regional. <https://www.gov.br/mdr/pt/assuntos/desenvolvimento-regional/politica-nacional-de-desenvolvi...>
- OLIVEIRA, Nilton Marques Algumas considerações sobre o Desenvolvimento Regional. - Santa Cruz do Sul, RS: IX Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional; Processos, Políticas e Transformações Territoriais, setembro de 2019. <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/18865>
- OLIVEIRA, Nilton Marques. Revisitando algumas teorias do Desenvolvimento Regional. - Toledo/PR: UNIOESTE: Informe GEPEC, v.25, n.1, jan./jun. 2021. <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/25561>
- PIRES, Edson L.S. As lógicas territoriais do desenvolvimento: diversidade e regulação. - Campo Grande, RS:INTERAÇÕES: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Vol.8, N.2, 2007. <https://doi.org/10.20435/interacoes>
- RAMBO, Anelise Graciele; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. Desenvolvimento territorial e escalas geográficas de poder e gestão: o caso da Cooperacana, Porto Xavier-RS. -- Florianópolis, SC: GEOSUL: UFSC - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. <https://periodicos.ufsc.br>index.php>
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. - 3ª edição - São Paulo: Hucitec, 1999.